Estado de Minas Gerais

PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO DE 2017



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gestor responsável pela Câmara					
NOME: Geraldo da Cruz Alves Andrade	CPF: 162.009.696-04				

Integrante do Contro	ole Interno
NOME: Eduardo José Abreu Junior	CPF: 094.081.396-31

Estado de Minas Gerais

ÍNDICE

- 1 Apresentação
- 2 Introdução
- 3 Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias
- 4 Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária
- 5 Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira
- 6 Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial
- 7 Avaliação do cumprimento dos limites e condições para inscrição de despesas em restos a pagar
- 8 Avaliação da despesa total com pessoal
- 9 Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo
- 10 Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado
- 11 Cumprimento da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, e da Instrução Normativa 01/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 12 Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- 13 Conclusão

Estado de Minas Gerais

1 – APRESENTAÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto no art. 9º da Instrução Normativa 03/2014 do TCE/MG na Lei Orgânica deste Município, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, apresenta-se o RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, que tem como objetivo demonstrar a avaliação dos resultados quanto a avaliação do cumprimento de metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo foi instituído pela Resolução nº 757/2015.

2 - INTRODUÇÃO

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2017 evidenciou mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

As exigências trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas estão se consolidando, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Neste aspecto, procurou-se durante o ano de 2017, melhorar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, estimulando a obediência e o respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA. Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município, em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis decorrentes do planejamento da receita e da despesa, e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados inclusive a financiar despesas de custeio.

A LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA. Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos

Estado de Minas Gerais

programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF, na Instrução Normativa nº 06/2004 e demais legislações.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF, na Instrução Normativa nº 06/2004 e demais legislações.

3.1 - PLANO PLURIANUAL

As metas previstas para o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 do Município de Pedro Leopoldo, foram estabelecidas na Lei Municipal nº 3.361 de 20 de dezembro de 2013.

DEMONSTRATIVO PPA								
Órgão / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	PPA (a)	LDO (b)	LOA (c)	Diferença (c - a)				
01 - CAMARA MUNICIPAL	1283571,78	0	7217961,69	-5934389,91				
0100 - CORPO LEGISLATIVO	1183571,78	0	1183571,78	0				
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	1183571,78	0	1183571,78	0				
2.002 - SUBSIDIO DO PRESIDENTE DA CAMARA	119316,47	0	119316,47	0				
2.003 - SUBSIDIOS DOS VEREADORES	947855,31	0	947855,31	0				
2.004 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. C/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS	25100	0	25100	0				
2.005 - VIAG. VEREADORES A CONG./SEMIN/OUTRAS ATIV. LEGISL	85000	0	85000	0				
2.006 - FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	6300	0	6300	0				
0200 - SECRETARIA	0	0	5117589,91	-5117589,91				
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	0	0	5117589,91	-5117589,91				
2.007 - REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS	0	0	2198511,21	-2198511,21				
2.008 - REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS	0	0	1679696,07	-1679696,07				
2.009 - REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES CONTRATADOS	0	0	107094,12	-107094,12				
2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	0	0	1131988,51	-1131988,51				
2.011 - REGULARIZAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	300	-300				
0300 - SERVICOS GERAIS DA CAMARA	100000	0	916800	-816800				
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	100000	0	916800	-816800				
1.001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	0	150000	-150000				
1.002 - AQUISIÇÃO, REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	0	0	510000	-510000				
2.001 - PROJETO ATIVIDADE 2015	0	0	0	0				
2.012 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA	100000	0	100000	0				
2.225 - RELAÇÕES PÚBLICAS E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	0	0	45200	-45200				
2.226 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	0	0	20200	-20200				
2.227 - TREINAMENTO E RECICLAGEM DE PESSOAL	0	0	25200	-25200				
2.228 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO CIDADÃO - CAC	0	0	39000	-39000				
2.229 - PROMOÇÕES E EVENTOS DIVERSOS	0	0	27200	-27200				

3.2 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram instituídas pela Lei Municipal nº 3.443 de 09 de Setembro de 2016.

3.2.1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NA LDO

4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em nosso Município, a LOA configurou-se como um instrumento de planejamento indo além da mera

Estado de Minas Gerais

estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através dela, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1 – ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2017 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 3.550 de 18 de dezembro de 2015.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa dos repasses financeiros previstos, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- a evolução média das receitas que compõem a base de cálculo dos repasses ao Poder Legislativo;
- o montante de recursos financeiros necessários para manter as atividades do Poder Legislativo e para realizar os projetos definidos no PPA e na LDO.

A fixação da despesa decorreu do fato de examinar:

- as metas previstas no PPA;
- as metas e prioridades definidas na LDO;
- a estimativa dos repasses financeiros previstos;
- a legislação vigente.

4.2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

	Balanço - Anexo 12 - Balanço Orçamentário NBCASP Despesa										
Nome Conta	Valor Previsto	Valor Atualizado	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Saldo					
Despesas Correntes (IX)	6.557.961,69	6.912.971,89	6.362.882,98	6.318.347,70	6.256.010,87	550.088,91					
Pessoal e Encargos Sociais	5.052.573,18	5.231.917,24	5.036.251,32	5.036.251,32	5.036.251,32	195.665,92					
Juros e Encargos da Dívida											
Outras Despesas Correntes	1.505.388,51	1.681.054,65	1.326.631,66	1.282.096,38	1.219.759,55	354.422,99					
Despesas de Capital (X)	660.000,00	304.989,80	111.423,61	102.155,63	102.155,63	193.566,19					
Investimentos	660.000,00	304.989,80	111.423,61	102.155,63	102.155,63	193.566,19					
Inversões Financeiras											
Amortização da Dívida											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)											
RESERVA DO RPPS (XII)											
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIA MENTO (XIV)											

Estado de Minas Gerais

Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX - X + XI + XII)	7.217.961,69	7.217.961,69	6.474.306,59	6.420.503,33	6.358.166,50	743.655,10
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	7.217.961,69	7.217.961,69	6.474.306,59	6.420.503,33	6.358.166,50	743.655,10
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	7.217.961,69	7.217.961,69	6.474.306,59	6.420.503,33	6.358.166,50	743.655,10

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira e cronograma mensal de desembolso, os quais serviram de base para a elaboração dos demonstrativos consolidados pelo Poder Executivo.

Dessa forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para os repasses financeiros previstos, juntamente com as receitas próprias e depois definiu-se a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Poder Legislativo.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecer o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas.

Nesses aspectos, a programação financeira foi elaborada mensalmente com base:

- Na previsão de repasses financeiros a serem efetuados pelo Poder Executivo;
- Na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação dos repasses previstos, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas, etc.;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Informações do setor de pessoal;
- Previsão de pagamentos dos restos a pagar;
- Experiência e bom senso.

Depois de elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que correspondeu ao recurso financeiro liberado para o período. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizou-se, principalmente, o acompanhamento dos repasses recebidos e da despesa

Estado de Minas Gerais

realizada. Quando era verificada a frustração dos repasses recebidos em relação ao previsto, refazia-se todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos do emprego dos recursos públicos.

4.3 - CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 398.593,80.

LISTAGEM CRÉDITOS SUPLEMENTARES									
Nº LEI	Nº DECRETO	NATUREZA	VALOR SUPLEMENTAÇÃO						
0003455/2016	Decreto Nº 0001722/2017	Suplementar	123.370,44						
0003455/2016	Decreto Nº 0001671/2017	Suplementar	4.000,00						
0003455/2016	Decreto Nº 0001708/2017	Suplementar	36.187,82						
0003455/2016	Decreto Nº 0001743/2017	Suplementar	93.014,67						
0003455/2016	Decreto Nº 0001729/2017	Suplementar	39.284,03						
0003455/2016	Decreto Nº 0001660/2017	Suplementar	2.895,78						
0003455/2016	Decreto Nº 0001733/2017	Suplementar	99.841,06						
TOTAL			398.593,80						

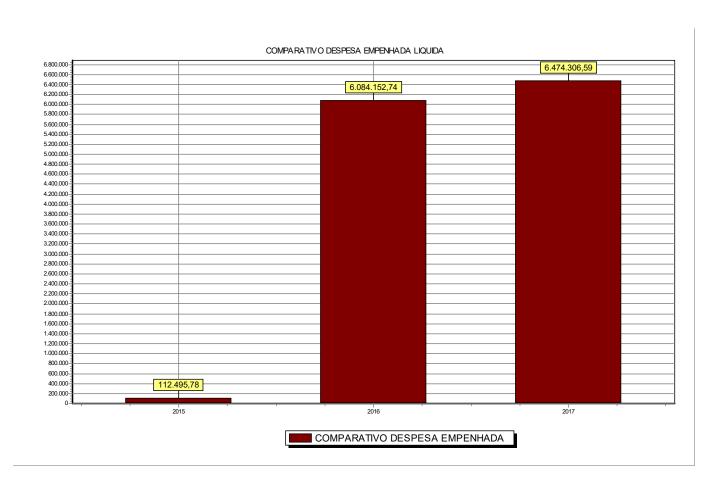
4.4 - CRÉDITOS ESPECIAIS

Os créditos especiais atingiram o valor de R\$ 0,00 conforme disposto no demonstrativo abaixo:

LISTAGEM CRÉDITOS ESPECIAIS								
Nº LEI	Nº DECRETO	NATUREZA	VALOR SUPLEMENTAÇÃO	Nº LEI	Nº DECRETO	NATUREZA	VALOR \$UPLEMENTAÇÃO	
TOTAL	,							

4.5 - COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016, 2017

Estado de Minas Gerais



5 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO Á EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a Execução Financeira no exercício de 2017 assim se processou:

	[SL]Balanço - Anexo 13 - Balanço Financeiro Completo									
Nome Receita	Valor Receita Anterior	Total Receita Anterior	Valor Receita Atual No	Total Receita Atual No	Nome Despesa	Valor Despesa Anterior	Total Despesa Anterior	Valor Despesa Atual No	Total Despesa Atual No	
					Despesas Correntes	5.998.994,94		6.256.010,87		
					Pessoal e Encargos Sociais	4.862.095,97		5.036.251,32		
					Outras Despesas Correntes	1.136.898,97		1.219.759,55		
					Despesas de Capital	85.157,80		102.155,63		
					Investimentos	85.157,80		102.155,63		
REPASSE RECEBIDO	6.964.248,48		7.217.961,72		DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊN CIAS RECEBIDAS	297.746,91		971.078,02		
RP NÃO PROCESSADO S - INSCRIÇÃO	124.942,54		53.803,26		RP NÃO PROCESSADO S PAGOS	93.826,38		51.276,08		

NO EXERCÍCIO						
RP	16.186,42	62.336,83	RP	1.088,00	16.186,42	
PROCESSADO S - INSCRIÇÃO			PROCESSADO S PAGOS			
NO EXERCÍCIO			3 FAGOS			
DEPÓSITOS	1.550.093,48	1.631.140,37	DEPÓSITOS	1.543.384,20	1.676.618,51	
RESTITUÍVEIS E VALORES			RESTITUÍVEIS E VALORES			
VINCULADOS			VINCULADOS			
RETENCOES -	0,00	4.065,17	RETENCOES -	0,00	4.065,17	
ENTIDADES			ENTIDADES			
REPRESENTA TIVAS DE			REPRESENTA TIVAS DE			
CLASSES			CLASSES			
SEGURO DE	2.733,06	3.201,26	SEGURO DE	2.647,06	3.287,26	
VIDA RETENÇÃO	3.628,03	386,10	VIDA RETENÇÃO	1.800,50	356,40	
RELATIVA A	3.028,03	360,10	RELATIVA A	1.800,50	330,40	
VALE			VALE			
TRANSPORTE INSS - CAMARA	0,00	342.091,39	TRANSPORTE INSS - CAMARA	0,00	337.403,51	
IRRF -	0,00	587.369,78	IRRF -	0,00	586.820,15	
CAMARA	0,00	367.369,76	CAMARA	0,00	300.020,13	
ISS - CAMARA	0,00	11.828,12	ISS - CAMARA	0,00	10.859,73	
UNIMED	0,00	185.313,98	UNIMED	0,00	169.065,18	
CONSIGNACA O CAIXA	0,00	268.146,79	CONSIGNACA O CAIXA	0,00	266.304,27	
ECONOMICA			ECONOMICA			
FEDERAL			FEDERAL			
DESCONTO EXCARD	0,00	51.840,83	DESCONTO EXCARD	0,00	52.562,36	
DESCONTO	0,00	5.334,76	DESCONTO	0,00	4.535,28	
PLANO OI	0,00	5.55 1,70	PLANO OI	0,00	11030,20	
RENTABILIDA	0,00	32.807,68	RENTABILIDA	0,00	92.317,92	
DE DE APLICAÇÃO			DE DE APLICAÇÃO			
EMPRÉSTIMO	0,00	138.754,51	EMPRÉSTIMO	0,00	138.754,51	
S SICOOB	·	·	S SICOOB	·	, ,	
CONFINS	88,71	0,00	INSS - CAMARA	337.676,80	1.348,76	
INSS - CAMARA	337.722,56	0,00	IRRF - CAMARA	480.857,88	0,00	
PIS	19,22	0,00	ISS - CAMARA	11.047,47	0,00	
CSLL	29,57	0,00	PENSAO	21.120,00	0,00	
IDDE.	450 650 00	0.00	ALIMENTICIA	120 740 40	0.124.40	
IRRF - CAMARA	479.650,99	0,00	UNIMED	120.749,48	8.124,40	
ISS - CAMARA	11.047,47	0,00	CONSIGNACA	392.698,90	413,87	
			O CAIXA			
			ECONOMICA FEDERAL			
PENSAO	21.120,00	0,00	DESCONTO	60.006,10	0,00	
ALIMENTICIA			EXCARD			
UNIMED	127.290,11	0,00	DESCONTO PLANO OI	44.163,35	399,74	
CONSIGNACA	394.263,92	0,00	CONSIGNAÇÃ	253,13	0,00	
O CAIXA		,,,,,	O BANCO DO	,	,,,,,	
ECONOMICA FEDERAL			BRASIL			
DESCONTO	61.156,47	0,00	DEVOLUÇÃO	200,00	0,00	
EXCARD	01.100,17	0,00	DE DIARIAS	200,00	0,00	
DESCONTO	44.204,62	0,00	RENTABILIDA	54.890,32	0,00	
PLANO OI			DE DE APLICAÇÃO			
CONSIGNAÇÃ	253,13	0,00	DESPESA A	360,00	0,00	
O BANCO DO	,	3,00	REGULARIZAR	,	,,,,,	
BRASIL	200.00	0.00	DACA ATTAITE	92.02	0.00	
DEVOLUÇÃO DE DIARIAS	200,00	0,00	PAGAMENTO INDEVIDO	83,92	0,00	
RENTABILIDA	60.874,64	0,00	CONTRIBUIÇÃ	3.857,34	0,00	
DE DE			O SINDICAL			
APLICAÇÃO DESPESA A	358,18	0,00	DIFERENÇA	8.517,58	0,00	
REGULARIZAR	330,10	0,00	BALANCETE	0.317,30	0,00	
			ANO			
		1 1	ANTERIOR			
DACAMENTO	92.02	0.00		1 502 (2)	0.00	
PAGAMENTO INDEVIDO	83,92	0,00	RETENÇÃO RELATIVA A	1.502,63	0,00	

			TRANSPORTE				
			(DESATIVADA)				
CONTRIBUIÇÃ O SINDICAL	3.857,34	0,00	30% CONSIGNADO	951,74		0,00	
RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE (DESATIVADA)	559,80	0,00					
30% CONSIGNADO	951,74	0,00					
OUTROS RECEBIMENT OS EXTRAORÇA	27.801,78	417.333,65	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇA MENTÁRIOS	30.878,65		433.870,64	
MENTÁRIOS	0.717.70			0.00		2.456.26	
OUTROS DEPOSITOS RESTITUTIVEI S E VALORES VINCULADOS	8.517,58	0,00	INSS	0,00		2.456,36	
INSS	0,00	2.456,36	VALE TRANSPORTE (DESATIVADA)	559,80		0,00	
UNIMED	0,00	278.598,62	UNIMED	0,00		297.037,81	
PAGAMENTO EM DUPLICICIDA DE	8.612,00	0,00	CONTA BOLSA DE ESTUDOS A REGULARIZAR	360,00		0,00	
CONSIGNACA O CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	413,87	PAGAMENTO EM DUPLICICIDA DE	8.612,00		0,00	
SEGURO DE VIDA	0,00	57,36	DESPESA A REGULARIZAR	358,18		0,00	
RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	0,00	4.759,40	CONSIGNACA O CAIXA ECONOMICA FEDERAL	413,87		0,00	
CONSIGNACA O CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	11.429,20	SEGURO DE VIDA	0,00		57,36	
DESCONTO EXCARD	0,00	3.331,03	RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	0,00		4.759,40	
DESCONTO PLANO OI	0,00	53.796,52	CONSIGNACA O CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00		14.286,50	
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	10.229,30	DESCONTO EXCARD	0,00		4.188,71	
SALARIO MATERNIDAD E - CÂMARA	10.672,20	52.261,99	DESCONTO PLANO OI	0,00		54.916,88	
			PENDÊNCIAS BANCÁRIAS DE EXERCÍCIOS	0,00		3.519,53	
			ANTERIORES VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	9.902,60		386,10	
			SALARIO MATERNIDAD E - CÂMARA	10.672,20		52.261,99	
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	358.804,32	991.000,14	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	991.000,14		750.239,71	
RECEITA ORÇAMENTÁ			DESPESA ORÇAMENTÁ		6.084.152,74		6.358.166,50

Estado de Minas Gerais

RIA (I)		RIA (VI)		
TRANSFERÊN CIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	6.964.248,48	7.217.961,72 TRANSFERÊN CIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	297.746,91	971.078,02
RECEBIMENT OS EXTRA- ORÇAMENTÁ RIOS (III)	1.719.024,22	2.164.614,11 PAGAMENTOS EXTRA- ORÇAMENTÁ RIOS (VIII)	1.669.177,23	2.177.951,65
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	358.804,32	991.000,14 SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	991.000,14	750.239,71

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- processo de pagamento assegura que foram cumpridas as fases da despesa e que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram fechadas mensalmente;
- As aplicações financeiras de recursos vinculados estão devidamente controladas;
- As aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

6 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO Á EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL

6.1 - Balanço Patrimonial – essa demonstração ressalta a posição patrimonial no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial ou o patrimônio líquido da entidade.

De forma resumida, assim se apresentou o patrimônio do Município no exercício de 2017:

	[SL]Balanço - Anexo 14 - Balanço Patrimonial completo									
Nome Ativo	Valor Ativo Atual	Total Ativo Atual	Nome Passivo	Valor Passivo Atual	Total Passivo Atual					
ATIVO CIRCULANTE		830.453,53	PASSIVO CIRCULANTE		79.265,32					
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	750.239,71		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	56.321,86						
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	750.239,71		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	56.321,86						
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	750.239,71		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	56.321,86						
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	750.239,71		FORNECEDORES NACIONAIS	56.321,86						
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	27.571,64		FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	56.321,86						
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	27.571,64		OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.014,97						
OUTROS CRÉDITOS A	27.571,64		OBRIGAÇÕES FISCAIS A	6.014,97						

RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO			CURTO PRAZO COM A UNIÃO		
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	27.571,64		OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDACÃO	6.014,97	
UNIMED	18.439,19		PIS/PASEP A RECOLHER	6.014,97	
CONTA BOLSA DE ESTUDOS A	360,00		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	16.928,49	
REGULARIZAR DESPESA A REGULARIZAR	358,18		VALORES RESTITUÍVEIS	16.928,49	
CONSIGNACAO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00		VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	16.928,49	
CONSIGNACAO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.857,30		CONSIGNACOES	16.928,49	
DESCONTO EXCARD	857,68		RETENCOES - PLANOS DE SEGUROS	0,00	
DESCONTO PLANO OI	1.120,36		SEGURO DE VIDA	0,00	
PENDÊNCIAS BANCÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.519,53		RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	29,70	
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	59,40		RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	29,70	
ESTOQUES	52.642,18		OUTROS CONSIGNATARIOS	16.898,79	
ALMOXARIFADO	52.217,83		CONFINS	121,18	
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	52.217,83		INSS - CAMARA	3.339,12	
MATERIAL DE CONSUMO	28.974,98		PIS	26,26	
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	3.340,11		CSLL	40,39	
MATERIAIS DE CONSTRUCAO	0,00		IRRF - CAMARA	657,42	
MATERIAIS GRÁFICOS	8.898,93		ISS - CAMARA	968,39	
MATERIAL DE EXPEDIENTE	11.003,81		UNIMED	8.124,40	
OUTROS ESTOQUES	424,35		CONSIGNACAO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.428,65	
OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	424,35	(7.1.000.00	DESCONTO EXCARD	428,84	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	(74.020.02	6/4.030,82	DESCONTO PLANO OI	399,74	
IMOBILIZADO	674.030,82		RENTABILIDADE DE APLICAÇÃO	1.364,40	
BENS MOVEIS	584.030,82		OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	584.030,82		CONFINS	0,00	
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10.211,30		PIS	0,00	
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10.211,30		CSLL	0,00	
BENS DE INFORMÁTICA	175.610,12		IRRF - CAMARA	0,00	
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	175.610,12		DESCONTO EXCARD	0,00	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	126.099,06		RENTABILIDADE DE APLICAÇÃO	0,00	
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	15.835,00		OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	60.891,60		OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	
MOBILIÁRIO EM GERAL	49.372,46		INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	80.557,24		INDENIZAÇÕES A SERVIDORES	0,00	
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	80.557,24				
VEÍCULOS	149.700,00				
VEÍCULOS EM GERAL	149.700,00				

Estado de Minas Gerais

DEMAIS BENS MÓVEIS	41.853,10			
OUTROS BENS MÓVEIS	41.853,10			
BENS IMÓVEIS	90.000,00			
BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	90.000,00			
BENS DOMINICAIS	90.000,00			
TERRENOS	90.000,00			
TOTAL ATIVO REAL		1.504.484,35	TOTAL PASSIVO REAL	79.265,32
			ATIVO REAL LÍQUIDO	1.425.219,03
TOTAL ATIVO		1.504.484,35	TOTAL PASSIVO	1.504.484,35
TOTAL ATIVO COMPENSADO		- ,	TOTAL PASSIVO COMPENSADO	0,00
TOTAL GERAL DO ATIVO			TOTAL GERAL DO PASSIVO	1.504.484,35

6.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais – A demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o Resultado Patrimonial. A tabela a seguir demonstra as variações patrimoniais ocorridas em 2017.

	# VARIAÇÃO PATRIM	MONIAL - ANEXO 15	
ATIVO	VALOR ATIVO	PASSIVO	VALOR PASSIVO
450000000000 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	7.217.961,72	310000000000 - PESSOAL E ENCARGOS	5.036.251,32
451000000000 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	7.217.961,72	311000000000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL	4.229.447,65
451100000000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.217.961,72	311100000000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS	5.184,33
451120000000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	7.217.961,72	311110000000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	5.184,33
451120200000 - REPASSE RECEBIDO	7.217.961,72	311110100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	5.184,33
4512000000000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	311110101000 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00
451220000000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	311110122000 - 13. SALÁRIO	5.184,33
451220200000 - TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	0,00	311110131000 - SUBSÍDIOS	0,00
451220204000 - DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	0,00	311200000000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RGPS	4.224.263,32
460000000000 - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	311210000000 - REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	4.224.263,32
463000000000 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	311210100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	4.220.146,19
463900000000 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	311210101000 - VENCIMENTOS E SALARIOS	3.842.892,20
463910000000 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	311210108000 - INCENTIVO A QUALIFICACAO	1.171,24
		311210118000 - GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	394,31
		311210119000 - GRATIFICACOES ESPECIAIS	104.766,93
		311210121000 - FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	18.797,92
		311210122000 - 13. SALARIO	237.676,76
		311210123000 - FERIAS - ABONO PECUNIARIO	4.251,41

4.780,86	311210131000 - SUBSÍDIOS
5.414,56	311210199000 - OUTROS
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS
4.117,13	311210400000 - CONTRATACAO POR
	TEMPO DETERMINADO
139,67	311210401000 - SALARIO CONTRATO
3.977,46	TEMPORARIO - LEI 8.745/93 311210414000 - FERIAS - ABONO
3.977,40	CONSTITUCIONAL
0,00	311210425000 - OBRIGACOES
0,00	PATRONAIS 311210426000 - INSS PATRONAL
0,00	311210420000 - INSS PATRONAL 311210499000 - OUTRAS
*,***	CONTRATACOES POR TEMPO
006.002.68	DETERMINADO
806.803,67 806.803,67	312000000000 - ENCARGOS PATRONAIS 312200000000 - ENCARGOS
800.803,07	PATRONAIS - RGPS
201.773,85	312210000000 - ENCARGOS
201 772 05	PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO
201.773,85	312219900000 - OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS
605.029,82	312230000000 - ENCARGOS
	PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS -
605.029,82	UNIÃO 312230100000 - CONTRIBUIÇÕES
003.029,82	PREVIDENCIÁRIAS - INSS
1.236.885,42	330000000000 - USO DE BENS,
	SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL
105.786,08	FIXO 331000000000 - USO DE MATERIAL DE
103.700,00	CONSUMO
105.786,08	331100000000 - CONSUMO DE
105.786,08	MATERIAL 331110000000 - CONSUMO DE
103.760,06	MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO
21.272,86	331110100000 - COMBUSTIVEIS E
0.00	LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
0,00	331110300000 - GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS
0,00	331110500000 - ALIMENTOS PARA
	ANIMAIS
28.665,70	331110600000 - GENEROS ALIMENTACAO
1.595,50	331111600000 - MATERIAL DE
	EXPEDIENTE
0,00	331112400000 - MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES
5.592,35	331113900000 - MATERIAL PARA
	MANUTENCAO DE VEICULOS
0,00	331114100000 - MATERIAL PARA
48.659,67	UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA 331119900000 - OUTROS MATERIAIS
10.057,07	DE CONSUMO
1.131.099,34	332000000000 - SERVIÇOS
51.800,00	332100000000 - DIÁRIAS
51.800,00	332110000000 - DIÁRIAS - CONSOLIDACÃO
51.800,00	332110100000 - DIARIAS PESSOAL
·	CIVIL
67.080,83	332200000000 - SERVIÇOS TERCEIROS - PF
67.080,83	332210000000 - SERVICOS TERCEIROS -
	PF - CONSOLIDAÇÃO
290,00	332210700000 - COMUNICACAO EM
66.753,13	GERAL 332211600000 - ESTAGIARIOS
37,70	332212200000 - FORNECIMENTO DE
·	ALIMENTACAO
0,00	332213000000 - FRETES E
1.012.218,51	TRANSPORTES DE ENCOMENDAS 332300000000 - SERVIÇOS TERCEIROS -
1.012.210,31	PJ
	13

33.518,53	332310400000 - COMUNICAÇÃO	
9.737,72	332310500000 - PUBLICIDADE	
9.940,93	332310600000 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	
0,00	332310700000 - SERVIÇOS DE APOIO	
74.847,59	332310800000 - SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	
30.788,00	332311000000 - LOCAÇÕES	
12.000,00	332311100000 - ECCAÇOES 332311100000 - SERVICOS	
	RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
0,00	332311200000 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE	
832,76	332311700000 - COMISSOES E CORRETAGENS	
1.500,00	332312300000 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS	
4.440,48	332312900000 - SEGUROS EM GERAL	
182.117,64	332313100000 - SERV.MEDICO- HOSPITALAR,ODONTOL.E LABORATORIAIS	
598,39	332313200000 - SERVIÇOS BANCARIOS	
599,00	332314000000 - SERVIÇOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	
0,00 0,00	332314700000 - SERVIÇOS JUDICIARIOS 332315100000 - SERVIÇOS TECNICOS	
	PROFISSIONAIS	
3,31	332315200000 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	
4,62	332315600000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
600.193,01	332319900000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	
51.096,53	332320000000 - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	
51.096,53	332329900000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	
18.000,00	34000000000 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	
18.000,00	342000000000 - JUROS E ENCARGOS DE MORA	
18.000,00	34230000000 - JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	
18.000,00	342310000000 - JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	
12.000,00	342310200000 - MULTAS DEDUTIVEIS	
12.000,00	342310202000 - MULTAS DEDUTIVEIS SERVICOS TERCEIROS - PESSOA	
6.000,00	JURIDICA 342310300000 - MULTAS INDEDUTIVEIS	
6.000,00	342310302000 - MULTAS INDEDUTIVEIS SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
1.016.479,33	35000000000 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	
1.016.479,33	351000000000 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
971.078,02	351100000000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO	
971.078,02	ORCAMENTARIA 351120000000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO	
971.078,02	ORÇAMENTÂRIA - INTRA OFSS 351120900000 - DEVOLUÇÃO DE	
45.401,31	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS 351200000000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE	
45.401,31	EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA 351220000000 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA - INTRA	
	OFSS	
45.401,31	351220200000 - TRANSFERÊNCIAS	

Estado de Minas Gerais

		NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO	
		ORÇAMENTÁRIA	
		351220204000 - DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	45.401,31
		360000000000 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	18.376,54
		363000000000 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS	18.376,54
		363100000000 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	18.376,54
		363110000000 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	18.376,54
		363110100000 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MOVEIS	18.376,54
		363110102000 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS DE INFORMÁTICA	6.094,00
		363110199000 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE DEMAIS BENS MÓVEIS	12.282,54
		370000000000 - TRIBUTÁRIAS	42.104,79
		372000000000 - CONTRIBUIÇÕES	42.104,79
		372100000000 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	42.104,79
		372110000000 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	42.104,79
		372110200000 - PIS/PASEP	42.104,79
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	7.217.961,72	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	7.368.097,40
DEFÍCIT PATRIMONIAL		SUPERÁVIT PATRIMONIAL	
TOTAL GERAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS		TOTAL GERAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	7.368.097,40

6.3 - Demonstração da Dívida Fundada Interna

		DÍVIDA FUNDADA - SL		
DESCRICAO	VALOR SALDO ANTERIOR	VALOR INSCRICAO	VALOR BAIXA	VLR SALDO ATUAL
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				

Os parcelamentos de débitos com INSS, FGTS, PASEP e outros contraídos no exercício conferem como valor da emissão da dívida apresentados na Demonstração da Dívida Fundada e respectivos contratos.

6.4 - Demonstração da Dívida Flutuante

	# DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - ANEXO 17					
DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	EMCAMPAÇÃO	CANCELAMENTO	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO ATUAL
RESTOS A PAGAR - 2015	17.669,99	0,00	17.669,99	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR - 2016	141.128,96	0,00	54.766,46	0,00	67.462,50	18.900,00
RESTOS A PAGAR - 2017	0,00	0,00	0,00	116.140,09	0,00	116.140,09
RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	0,00	0,00	4.065,17	4.065,17	0,00
SEGURO DE VIDA	86,00	0,00	0,00	3.201,26	3.287,26	0,00
RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	386,10	356,40	29,70
CONFINS	0,00	121,18	0,00	0,00	0,00	121,18
INSS - CAMARA	0,00	0,00	1.348,76	342.091,39	337.403,51	3.339,12
PIS	0,00	26,26	0,00	0,00	0,00	26,26
CSLL	0,00	40,39	0,00	0,00	0,00	40,39
IRRF - CAMARA	0,00	107,79	0,00	587.369,78	586.820,15	657,42

Estado de Minas Gerais

ISS - CAMARA	0,00	0,00	0,00	11.828,12	10.859,73	968,39
UNIMED	0,00	0,00	8.124,40	185.313,98	169.065,18	8.124,40
CONSIGNACAO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	0,00	413,87	268.146,79	266.304,27	1.428,65
DESCONTO EXCARD	0,00	1.150,37	0,00	51.840,83	52.562,36	428,84
DESCONTO PLANO OI	0,00	0,00	399,74	5.334,76	4.535,28	399,74
RENTABILIDADE DE APLICAÇÃO	0,00	60.874,64	0,00	32.807,68	92.317,92	1.364,40
EMPRÉSTIMOS SICOOB	0,00	0,00	0,00	138.754,51	138.754,51	0,00
CONFINS	121,18	0,00	121,18	0,00	0,00	0,00
INSS - CAMARA	0,00	1.348,76	0,00	0,00	1.348,76	0,00
PIS	26,26	0,00	26,26	0,00	0,00	0,00
CSLL	40,39	0,00	40,39	0,00	0,00	0,00
IRRF - CAMARA	107,79	0,00	107,79	0,00	0,00	0,00
UNIMED	0,00	8.124,40	0,00	0,00	8.124,40	0,00
CONSIGNACAO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	413,87	0,00	0,00	413,87	0,00
DESCONTO EXCARD	1.150,37	0,00	1.150,37	0,00	0,00	0,00
DESCONTO PLANO OI	0,00	399,74	0,00	0,00	399,74	0,00
RENTABILIDADE DE APLICAÇÃO	60.874,64	0,00	60.874,64	0,00	0,00	0,00
TOTAL	221.205,58	72.607,40	145.043,85	1.747.280,46	1.744.081,01	151.968,58

Todas as obrigações do município de curto prazo (Restos a Pagar, Depósitos) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

6.5 - Demonstrativo dos Devedores Diversos

		# DEMONSTRA	ATIVO DOS DEVEDORE	S DIVERSOS		
DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	ENCAMPAÇÃO	CANCELAMENTO	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO ATUAL
INSS	0,00	0,00	0,00	2.456,36	2.456,36	0,00
UNIMED	0,00	0,00	0,00	297.037,81	278.598,62	18.439,19
CONTA BOLSA DE ESTUDOS A REGULARIZAR	360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00
DESPESA A REGULARIZAR	358,18	0,00	0,00	0,00	0,00	358,18
CONSIGNACAO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	413,87	0,00	0,00	0,00	413,87	0,00
SEGURO DE VIDA	0,00	0,00	0,00	57,36	57,36	0,00
RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	4.759,40	4.759,40	0,00
CONSIGNACAO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	0,00	0,00	14.286,50	11.429,20	2.857,30
DESCONTO EXCARD	0,00	0,00	0,00	4.188,71	3.331,03	857,68
DESCONTO PLANO OI	0,00	0,00	0,00	54.916,88	53.796,52	1.120,36
PENDÊNCIAS BANCÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	3.519,53	0,00	3.519,53
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	9.902,60	0,00	0,00	386,10	10.229,30	59,40
SALARIO MATERNIDADE - CÂMARA	0,00	0,00	0,00	52.261,99	52.261,99	0,00
TOTAL	11.034,65			433.870,64	417.333,65	27.571,64

Todos os créditos do município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

6.6 - Controle Patrimonial

Estado de Minas Gerais

- Estão sendo mantidos de forma organizada os registros analíticos dos bens de natureza permanente;
- São expedidos termos de responsabilidade de bens;
- Há controle de incorporações e desincorporações;
- Foi elaborado o inventário analítico de acordo com as formalidades legais dos bens patrimoniais.

6.7 - INVENTÁRIO GERAL ANALÍTICO.

Todos os valores constantes do Inventário Geral Analítico de 31/12/2017 **conferem** com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, portarias, certidões e outros documentos.

7 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR.

Restos a Pagar

Quanto aos **Restos a Pagar** inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar no. 101/2000, totalizando R\$ 68.352,85 processados e R\$ 53.803,26 não processados.

8 – AVALIAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL .

Despesa Total com Pessoal

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tornando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência de liquidação da folha de pagamento.

O relatório de Gastos com Pessoal demonstra que o Poder Legislativo obedeceu o limite máximo de 70,00% nos gastos com pessoal, não contrariando portanto, o artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

# DESPESA TOTAL COM PE	SSOAL - LRF/GF/ANEXO 01
DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	5.036.251,32
Pessoal Ativo	5.036.251,32
Pessoal Inativos e Pencionista	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(§ 1º do Art. 19 da LRF) (II)	
Indenização Por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.036.251,32
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.036.251,32
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	

Estado de Minas Gerais

LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP sobre RCL(VI)=(V/IV)*100	

9 – OBSERVÂNCIA DO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA

Os repasse efetuados ao Poder Legislativo representam 7% da Arrecadação do Município R\$ 137.457.452,46, e portanto obedeceram o disposto na Emenda Constitucional de 25/00.

0

9.1 - DEMONSTRATIVO MENSAL DE REPASSES:

		MOVIMENTO FINAN	CEIRO VPA CAMARA		
Nome Movimento Financeiro	Nome Tipo Movimento Financeiro	Data	Valor Previsão Inicial	Valor Repassado	Valor Previsão Anulação
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	02/01/2017	7.217.961,69	0,00	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	17/01/2017	0,00	0,00	601.496,81
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	17/01/2017	0,00	0,00	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	17/02/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	17/01/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	17/03/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	18/04/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	19/05/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	19/06/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	20/07/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	18/08/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	20/09/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	20/10/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	20/11/2017	0,00	601.496,81	0,00
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo	VPA	21/12/2017	0,00	601.496,81	0,00

	Info	rmacões	comp	lementare	S
--	------	---------	------	-----------	---

Número de vereadores 10

População do município 63.837

10 – MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO.

PATRIMÔNIO PÚBLICO	MEDIDAS ADOTADAS

Estado de Minas Gerais

CONTROLE DE FROTAS CONFORME ART. 5° III INTCE/MG 08/2003	Medidas Preventivas: -Troca de peças defeituosas ou com desgaste -Troca de óleo e filtros - Troca de pneus, alinhamentos/balanceamento - Revisão - Serviços mecânicos
CONTROLE DE ALMOXARIFADO CONFORME ART. 5° IV IN TCE/MG 08/2003	- Entradas e saídas de mercadorias através de sistema informatizado pelo valor de notas fiscais e ordens de fornecimento.
INVENTÁRIO ANALÍTICO CONFORME ART. 5° VIII IN TCE/MG 08/2003	- Levantamento e emissão de cargas patrimoniais às Secretarias -Registros de incorporações e desincorporações, resultantes e independentes da execução orçamentária Início dos trabalhos de inventário para a correta avaliação do patrimônio para adequação as novas normas de contabilidade aplicada ao setor publico definidas pela STN.

11 – CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º E DO CAPUT DO ART. 5º, AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS.

CÓDIGO ACOMPANHAMENTO	DATA	HORA	ÓRGÃO	MÓDULO	MÊS	EXERCÍCIO	ATUAL	VALIDA DA
713991714	17-01-2018	18:20	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	12	2017	Sim	Sim
711327478	21-12-2017	16:32	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	11	2017	Sim	Sim
710617892	15-12-2017	11:01	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	10	2017	Sim	Sim
707410014	13-11-2017	15:52	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	9	2017	Sim	Sim
703906077	09-10-2017	14:36	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	8	2017	Sim	Sim
696331087	17-08-2017	15:07	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	7	2017	Sim	Sim
696327919	17-08-2017	15:01	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	6	2017	Sim	Sim
694664131	27-07-2017	13:43	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	5	2017	Sim	Sim
694657087	27-07-2017	13:18	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	4	2017	Sim	Sim
694652005	27-07-2017	12:57	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	3	2017	Sim	Sim
694536295	26-07-2017	17:33	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	2	2017	Sim	Sim
694528120	26-07-2017	17:09	CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO	ACOMPANHAMENTO	1	2017	Sim	Sim

12 - DECLARAÇÃO DE QUE FOI VERIFICADA E COMPROVADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Estado de Minas Gerais

Eu, Eduardo José Abreu Junior, declaro que foi verificada todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal e verificou-se a legalidade dos atos sendo aqueles que provocarão duvidas foram encaminhado memorando para apuração dos fatos.

Eduardo José Abreu Junior 094.081.396-31

13 - CONCLUSÃO

O Órgão Central de Controle Interno da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo acompanhou as execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais, administrativas e operacionais, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros fornecidos pelo Contador e pelo Sistema Operacional, que deram origem às mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2017.

Acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que as recomendações/determinações expedidas por este sistema de Controle Interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento de algumas delas e outras ainda por serem cumpridas.

Finalmente, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2017, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Câmara Municipal, em 31 de dezembro de 2017, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Câmara Minicipal de Pedro Leopoldo (MG), 13 de Março de 2018

Eduardo José Abreu Junior Responsável Controle Interno